

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.191 - SP (2019/0013267-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : METALCURY FUNDICAO INDUSTRIAL LTDA  
**ADVOGADOS** : EDSON SANTOS DE OLIVEIRA - SP342972  
ISABELLA LAGARES COLTRI E OUTRO(S) - SP391984  
**AGRAVADO** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : ANA PAULA ANDRADE BORGES DE FARIA E OUTRO(S) -  
SP154738

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por METALCURY FUNDIÇÃO INDUSTRIAL LTDA, em 20/06/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - Pretensão à exclusão dos juros estabelecidos em percentuais superiores à Taxa Selic, bem como a declaração de nulidade das CDA's descritas na inicial - Sentença de extinção, por falta de interesse processual - Pleito de reforma da decisão - Não cabimento - Decisão anteriormente prolatada nos autos da execução fiscal nº 1500148-49.2.015, conexa à presente demanda, que reconheceu a exclusão de valores indevidos, com determinação de substituição das CDA's - Invalidade da CDA, que se torna incerta e inexigível em razão da ilegalidade dos juros cobrados - Vício que atinge o título em sua integralidade - Exaurimento das matérias tratadas nesta nova ação - Configuração da falta de interesse processual - APELAÇÃO não provida" (fl. 248e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 272/274e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO - Inexistência de omissão no julgado - Alegações que denotam intenção de rediscutir a matéria quanto à possibilidade de emenda ou substituição da CDA (Certidão de Dívida Ativa) que estabelece juros em percentuais superiores à Taxa Selic - Não cabimento - Recurso oposto contra ação que foi extinta por falta de interesse de agir - Mero inconformismo com a decisão proferida e divergência de opinião, que não podem ser objeto de embargos de declaração - EMBARGOS rejeitados" (fl. 279e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a** e **c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 203 do CTN e 2º, § 8º da LEF, sustentando que "A LEF só pode fazer previsão de emenda, e assim o faz, para CDAS já executadas e/ou viciadas no curso da execução. Não pode a LEF refletir em CDAS não executadas. Se não há execução fiscal, portanto, não há aplicação da LEF. Ministros, especificamente pelo CTN, Vossas Excelências hão de concordar que não existe margem para qualquer outra interpretação que não a anulação da CDA e posterior substituição, com aproveitamento do processo (eventual) até decisão de primeira instância. O artigo de lei (203 CTN) não deixa qualquer dúvida acerca da necessidade da anulação do título. Quanto à possibilidade de substituição, somente se dará até decisão de primeira instância. Após não mais" (fl. 259e); que "erro não houve, pois como já demonstrado, antes mesmo da formação da CDA o vício já existia, sendo imperioso a anulação dos títulos formulados" (fl. 262e).

Por fim, requer "o recebimento e admissão do presente recurso para declarar a violação dos artigos 203 do CTN e 2º § 8º DA LEF e existência de divergência jurisprudencial, reformando o v. acórdão de origem para declarar nulas as CDAs discutidas, e, em caso de substituição, pela devolução do prazo para discussão da matéria num todo, conforme LEF, e ainda requer-se a condenação da recorrida ao pagamento de honorários, com fulcro no art. 85, § 11 do NCPC, sem condenação por parte da recorrente" (fl. 264e).

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 287e), foi interposto o presente Agravo (fls. 290/305e).

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, por simples cotejo entre as razões do Recurso Especial e os fundamentos do acórdão recorrido, observa-se que a tese recursal contida nos arts. 203 do CTN e 2º, § 8º da LEF, sequer implicitamente, foi apreciada pelo Tribunal de origem, não obstante terem sido opostos Embargos de Declaração, para tal fim.

Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial, no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*").

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE  
PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ.  
CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA.  
JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA.  
COMISSÃO DE CORRETAGEM. INDENIZAÇÃO.  
CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE  
CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. **A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.**

(...)

6. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.172.051/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Assim, à mingua de prequestionamento, inviável a apreciação da aludida tese recursal.

Assinale-se, também, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea **a**, servem de justificativa quanto à alínea **c** do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora